



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 6 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 16 de novembro de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS Bancada faz emenda de R\$ 1,5 bi para construir nova ponte 1 VEICULAÇÃO LOCAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Ciência, tecnologia e inovação: e agora? 2 VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Governo quer ter estatais com eficiência de mercado 3 VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Desaceleração chinesa 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Divisão do Pará e um novo modelo para a Amazônia..... 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO O mundo quer as múltis brasileiras 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>	EDITORIA
	TÍTULO Bancada faz emenda de R\$ 1,5 bi para construir nova ponte	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Obra seria construída sobre o Rio Solimões, com extensão de 3.400 metros.

Manaus - Depois da construção da Ponte Rio Negro, considerada uma das mais caras do mundo, pelo valor de R\$ 1,099 bilhão, a bancada do **Amazonas** no Congresso Nacional vai propor uma emenda ao Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 da União no valor de R\$ 1,5 bilhão para a construção de uma nova ponte, que vai interligar a BR-319 à Rodovia AM-070 através do Rio Solimões.

Apesar de menor em extensão – 3,4 quilômetros contra 3,6 da ponte Rio Negro –, o valor inicial estimado para a construção da obra é 26% mais alto que o gasto com a ponte que interliga **Manaus** a Iranduba, cujo contrato inicial foi de R\$ 574 milhões.

De acordo com o coordenador da bancada amazonense, senador Eduardo Braga (PMDB), a proposta é parte de um projeto de interligação que “vai melhorar significativamente o acesso de pessoas e **mercadorias** de **Manaus** para todo o País” e inclui a restauração de vias. Autor da emenda, Braga explica que a proposta é baseada em um estudo realizado durante sua administração no governo do Estado. Ele não soube informar em que ponto a obra será construída. “Se aprovada a emenda, caberá ao **Ministério** do Transporte realizar um estudo e identificar o melhor local para a instalação da Ponte” disse.

Para o deputado federal Henrique Oliveira (PTN) se a rodovia que liga **Manaus** a Porto Velho BR-319 não for concluída, a obra é desnecessária. “Não adianta nada, construir a ponte se a BR não sai. Está nas mãos dos ambientalistas”, disse o parlamentar.

Sobre o valor proposto, o deputado Pauderney Avelino (DEM) afirma que é “exagerado”, mas não significa exatamente o que será gasto. “Isso é apenas uma base. Falta planejamento, bom senso e a estrada (BR-319). Sem isso, o projeto se torna inviável” afirma.

Para o deputado Átila Lins (PSD), o valor é alto porque o projeto é ‘arrojado’ e a emenda é apenas uma intenção. “É uma proposta a longo prazo, temos até 2015. Se a estrada for liberada, o **Amazonas** já vai ter recursos para a construção da ponte” disse.

De acordo com o deputado Francisco Praciano (PT), a ponte sobre o Rio Solimões deveria ter sido construída antes da Ponte Rio Negro. “A ponte é necessária sim, mas não para servir de transporte de tijolo e verdura” disse. Segundo ele, a ideia deveria ser discutida com os principais interessados: “As empresas do **Pólo Industrial** de **Manaus**”, segundo Praciano.

Além da ponte, a bancada amazonense vai apresentar outras dez emendas ao PPA 2012-2015, que somam R\$ 9,8 bilhões e inclui projetos de incentivo à agricultura familiar (R\$ 4 bi) e a construção e reforma de aeroportos e aeródromos no Estado (R\$ 1 bi).

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Ciência, tecnologia e inovação: e agora?		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Nosso **Ministério** não pode abrigar só "inovacionistas" e "cientificistas": "solidaristas" também querem uma agenda para disseminar suas noções

Está tão disseminada a noção de que a "saúde" das empresas depende de algo mais do que nossa sexagenária política de ciência e tecnologia que a poucos surpreendeu a adição do "Inovação" ao nome do **Ministério** da Ciência e Tecnologia.

Mas o fato de ela integrar o Plano **Brasil** Maior, cujo slogan, "Inovar para competir e competir para crescer", faz jus ao significativo aumento dos subsídios que oferece às empresas, merece comentários.

O primeiro, uma constatação.

Por ser a inovação um conceito criado para designar a introdução de uma novidade no **mercado**, por uma empresa que busca lucros superiores aos dos concorrentes, a adição reitera decisões para reorientar o **Ministério**.

Centrada na oferta de conhecimento para a empresa mediante o fomento à formação de pessoal e à pesquisa na universidade, e à relação desta com a empresa por meio de institutos de pesquisa, incubadoras e parques tecnológicos, essa política tem sido mal avaliada.

Os "inovacionistas", com seu estandarte "'papers' não produzem patentes", desbancaram os "cientificistas", focando-a em atividades de pesquisa e **desenvolvimento** (P&D) na própria empresa.

O papel do **BNDES** e o "rejuvenescimento" da Finep, previstos no Plano **Brasil** Maior, se somam ao subsídio direto e às bolsas para pesquisadores que quiserem contribuir para a "saúde" das empresas.

O segundo comentário é de dúvida. Serão eficazes os novos remédios para combater uma endemia que assola o

mundo empresarial (a atavicamente baixa propensão à P&D) num país em que a "condição periférica" a potencializa, tornando-a epidêmica e estrutural?

A comparação dos comportamentos das empresas locais e estrangeiras responde que não. Bem mais do que lá, as (poucas) que aqui inovam preferem adquirir tecnologia incorporada em máquinas e equipamentos a realizar P&D; quando o fazem, pouco acorrem a fundos públicos ou demandam pesquisa de universidades e institutos de pesquisa.

O desinteresse pelos mestres e doutores é inacreditável. Dos 90 mil formados entre 2006 e 2008 para fazer P&D em empresas, menos de 70 (!) foram aproveitados.

O terceiro comentário é de provocação. Ele traz à tona o Plano **Brasil** sem Miséria, divulgado há alguns meses. Ao contrário do outro, ele não parece perceber que gerar trabalho e renda para a maioria que não trabalha em empresas requer complexo conhecimento tecnocientífico, específico para empreendimentos solidários.

Que dirá propor um **Ministério** da Ciência e "Tecnologia Social", que é como se chama a que completa suas cadeias produtivas. Aquelas que irão produzir bens e serviços para os mais pobres e, também, os de natureza pública, alavancados via poder de compra do Estado.

O **Ministério** não pode abrigar apenas "inovacionistas" e "cientificistas". Os "solidaristas" também querem "agenda" para disseminar sua noção: os arranjos tecnoprodutivos precisam (e merecem), para melhorar sua "saúde", mais que as empresas, de conhecimento novo.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo quer ter estatais com eficiência de <u>mercado</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O **Governo Federal** quer dinamizar o serviço prestado pelas 147 empresas estatais existentes e aumentar o foco de cobertura dessas empresas. Com isso, a abertura de novas estatais não está entre as prioridades do governo no curto prazo, conforme o diretor do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest) do **Ministério** do Planejamento, Murilo Barella. "O que temos de direcionamento é efetivar os serviços das estatais existentes, incentivando a ampliação do escopo de atuação", disse.

Um exemplo de funcionamento desse modelo é a atuação do Banco Nacional do **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**), que tem como foco o financiamento de empresas a longo prazo. Mas, segundo Barella, é possível abrir o leque de atuação do banco de investimento. "Existem outras possibilidades de financiamento na empresa pública que devem ser mais exploradas", avaliou.

Esse dinamismo que se busca visa a trazer mais efetividade aos serviços prestados pelas atuais estatais. "A ideia é ter empresas com toda a eficiência de **mercado**, mas com controle estatal. O cerne das políticas é esse, ter habilidade de **mercado** própria de empresas privadas, como versatilidade, flexibilidade e rapidez, mas com controle público, buscando metas e focando em resultado", disse.

Durante os oito anos de governo do ex-presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva, foi possível perceber uma forte retomada do papel do Estado na economia. O quantitativo de empresas estatais passou de 131, em 2003, para 147 em 2010. Com

isso, registraram-se investimentos de R\$ 84 bilhões no ano passado. Na década anterior, a soma chegou a R\$ 11,6 bilhões.

No momento, a única proposta de nova estatal do atual governo é a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), cujo projeto de criação tramita no Congresso Nacional. O objetivo é que a administração de hospitais universitários federais e a regulação da contratação de pessoal das unidades fiquem sob a responsabilidade da empresa pública. Atualmente, o controle é feito pelas fundações de apoio das universidades.

O diretor do Dest define o governo da presidenta Dilma Rousseff como um "governo novo de continuidade" que, apesar de ter uma forma de administração própria, deve seguir "a base do governo anterior". No entanto, ele acredita que ainda é muito cedo para se falar da criação de novas estatais. "Hoje estamos avaliando mais. Vai criar a estatal por quê? De onde vão vir recursos? Existe viabilidade? Não existe uma política de criação de estatal. Não temos porque trazer estatal se o setor privado dá conta, em geral. Estamos atuando onde o setor privado não atua", disse Barella. As informações são da Agência Brasil.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Desaceleração chinesa		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

PIB do país asiático deve crescer menos nos próximos anos, e a economia brasileira precisa se modificar para enfrentar essa nova realidade

Para o Brasil, o crescimento da economia chinesa talvez pudesse ser comparado à imensa falha geológica que um dia provocará um grande terremoto na Califórnia.

Em algum momento, a China não mais crescerá 10% ao ano, nem crescerá do mesmo modo que hoje, demandando com voracidade produtos básicos brasileiros. Se o abalo for abrupto, as consequências serão tão mais graves quanto mais o **Brasil** demorar a despertar do torpor do sucesso recente.

Há controvérsia a respeito do risco de tombo chinês. Faz mais de uma década que há alertas sobre uma iminente crise, devida ao superinvestimento no país. Economistas mais ponderados acreditam que a partir de 2015 o ritmo do **PIB** ficaria em torno de 6%.

Por ora, a maioria dos analistas avalia que os chineses podem administrar uma queda do crescimento econômico para 9%, neste ano e no que vem -em 2010, a alta foi de 10,4%. Para nós, é um ótimo prognóstico.

Mas, entre outras preocupações de médio prazo, um país que é dependente da China para estabilizar suas contas externas deveria ter em mente a perspectiva de uma mudança considerável na economia chinesa dentro de cerca de cinco anos.

Ressalte-se o significado dessa dependência. Em 2002, 5% de nossas **exportações** eram dirigidas à China. Neste ano, mais de 18%.

As **exportações** para a China permitiram equilibrar o balanço geral dos negócios do país com o exterior. Tal fenômeno ajudou a tranquilizar o **mercado** cambial e, em certa medida, dada a conseqüente valorização do real, a

reduzir a inflação. Proporcionou ainda ganho de renda direto para as empresas agroindustriais e de mineração, favorecidas pelo aumento do **comércio** e do preço de seus produtos. Também **importante**, ajudou a multiplicar os investimentos estrangeiros no Brasil.

Mas o padrão de crescimento chinês tende a mudar. A China será, aos poucos, um país de mais consumo, menos investimento; menos dependente do **comércio** externo. Enfim, um país onde manter o ritmo de 10% ao ano será cada vez mais difícil, dado o encarecimento de fatores de **produção**, da mão de obra em particular, o que já é notável pelo menos desde 2008.

As indústrias chinesas começam a migrar do litoral rico para o interior. Em breve, vão se instalar no Vietnã, na Índia, na Indonésia ou em Bangladesh, que não replicarão em volume, ao menos, o efeito chinês sobre a economia mundial.

Um baque chinês, mesmo que não provoque crises à moda dos anos 1980, pode nos reduzir ao padrão de crescimento medíocre da década de 1990.

O **Brasil** precisa voltar a diversificar sua economia, incrementar a produtividade, inovar. É um clichê dizê-lo, mas nada disso será possível sem revolução educacional e sem grande alívio tributário.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Divisão do Pará e um novo modelo para a <u>Amazônia</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Divisão do Pará e um novo modelo para a Amazônia

Os 4,8 milhões de eleitores do Pará estão sendo convocados a responder, em plebiscito marcado para 11 de dezembro, se o Estado deve ser dividido em três unidades federativas, em duas ou ficar como está, um gigante com 1,2 milhão de quilômetros quadrados, rico em recursos naturais (tem a maior jazida de ferro do planeta), mas apenas 1,4% de participação no Produto Interno Bruto (**PIB**), com indicadores sociais sofríveis e palco de violenta disputa pela posse e uso da terra.

Trata-se de oportunidade única para discutir não apenas a divisão administrativa do Pará mas também o modelo de **desenvolvimento** que o país quer para a Amazônia, ainda hoje assentado em bases lançadas na época do "Milagre Econômico", nos anos 1970, fincadas na teia de estradas rasgadas na selva, na pata do boi e no avanço desordenado de frentes econômicas.

Pesquisa Datafolha realizada no início da abertura da campanha no rádio e na televisão revela que 58% dos paraenses são favoráveis à manutenção do status quo. Os emancipacionistas apostam na propaganda para tentar reverter o quadro. Difícil, quando se considera que 60% do eleitorado a se manifestar no plebiscito está concentrado na região de Belém e adjacências, sede do governo contra a qual se voltam as províncias distantes e queixosas do abandono oficial.

Na hipótese de a maioria votar pela divisão, o Pará remanescente ficará com apenas 17% do atual território - e a grande maioria da população.

Na região Sul será criado o Estado de Carajás, com 35% do território, 39 municípios, uma população estimada em 1,6 milhão de habitantes, as imensas jazidas de minérios da Serra dos Carajás. O município de Marabá será a capital da nova unidade federativa.

A outra nova unidade será o Estado do Tapajós, com 58% da área do atual Pará, 27 municípios, a cidade Santarém, situada no encontro das águas dos rios Amazonas e Tapajós, como capital, e densidade demográfica rarefeita -

a população estimada é de cerca de 1,2 milhão de habitantes para uma área de 718 mil quilômetros quadrados.

"O surgimento de três unidades federativas onde atualmente há apenas uma deverá reproduzir os problemas e queixas, em vez de resolvê-las", escreveu o jornalista Lúcio Flávio Pinto no "Jornal Pessoal", publicado em Belém, um fórum de excelência sobre a divisão que elevou de patamar o debate sobre o plebiscito.

"O que acarreta as distorções não é o excesso de terra a ser jurisdicionada pelo governo local ou a insuficiência de gente para melhorar a relação habitante/quilômetro quadrado, que asseguraria a soberania nacional sobre a fronteira, mas o "modelo" de ocupação", diz Lúcio Flávio, jornalista de larga vivência e estudos sobre a Amazônia.

De fato, é de se perguntar se o Tapajós, com população rarefeita, não terá tantos problemas quanto Belém para dar atenção a províncias longínquas. Será uma sombra da Vale e o modelo a ser replicado no Tapajós, região onde ainda é possível uma correção no curso impresso nos anos 70?

O custo de criação de duas novas unidades federativas também deve ser considerado.

Segundo estudo do Ipea coordenado pelo professor Rogério Boveri, o custo fixo para a manutenção de um novo Estado é de R\$ 832 milhões ao ano, a preços de 2008. Boveri detectou também que esse custo de manutenção, expresso pelo gasto público estadual, cresce com a população e com a **produção** econômica da unidade - cada habitante acresce R\$ 564,69 ao gasto estadual e cada real de **produção** eleva esse gasto em 7,5 centavos de real.

A criação de dois novos Estados significará a eleição de seis novos senadores da Amazônia e de 13 novos deputados federais para a Câmara (o Pará, que atualmente tem uma representação de 17 deputados ficaria com 14). Aumenta, portanto, o desequilíbrio da representação legislativa federal. Em cada um dos novos Estados será criada uma Assembleia Legislativa. Alguém terá de pagar essa conta, ao final.

Os paraenses, sem dúvida, são soberanos para decidir o que fazer com o Estado, mas essa é uma discussão que

definitivamente diz respeito a todo o país. E não é apenas pela fatura, que será paga por todos, mas também pelo

destino de uma região cuja sorte sempre foi escrita por mãos de outras paragens.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO O mundo quer as múltis brasileiras		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Nunca o Brasil recebeu tantas comitivas do exterior. Elas vêm atrás do dinheiro e da preocupação social das empresas daqui.

Por que o mundo todo quer as multinacionais brasileiras

Mais de 80 companhias nacionais que atuam globalmente já enviaram cerca de US\$ 11 bilhões ao exterior neste ano

Cláudia Bredarioli

Situadas atualmente no centro da dinâmica da economia mundial, as multinacionais brasileiras têm sido cada vez mais cortejadas em razão de sua capacidade de investimento fora do país.

Todos querem o Brasil, desde economias tradicionais até países que até há pouco tempo quase não participavam do comércio global.

Recentemente, estiveram em visita ao Brasil várias comitivas comerciais com o objetivo de atrair investimentos do empresariado nacional para seus países.

O governador da Flórida, Rick Scott, passou por São Paulo. Ministros e empresários paraguaios vieram em busca de investimentos brasileiros. E o mesmo se viu em relação à visita de representantes do Canadá, do Haiti e da Nigéria.

Há dois meses, o próprio Fundo Monetário Internacional (FMI) sugeriu que as empresas brasileiras participassem dos processos de privatização de empresas portuguesas ou apoiassem a economia italiana. “A nova condição capitalista mudou as relações de poder e, neste novo tabuleiro, o Brasil passou a chamar a atenção não só pelo tamanho que ocupa no mapa”, diz Sérgio Pio, do curso de Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). “Hoje há mais de 80 multinacionais brasileiras negociando em todo o mundo.”

Neste ano, de janeiro a setembro, mais de US\$ 11 bilhões já foram enviados ao exterior pelas empresas

nacionais. O montante é inferior ao registrado em 2010, de mais de US\$ 19 bilhões no mesmo período.

Chama a atenção, porém, a manutenção da trajetória de alta desses aportes, mesmo com a redução do desempenho econômico do país, com PIB de 7,5% em 2010 ante expectativa de 3,5% neste ano.

Na mesma linha, o diretor executivo do Banco Mundial, John H.

Whitehead, ex-secretário do Tesouro neozelandês, vê várias possibilidades de parceria entre o Brasil e a Nova Zelândia. Segundo ele, o Brasil pode usar principalmente três experiências da Nova Zelândia. “Reduzir o nível e a variação do câmbio, diminuir as barreiras às exportações e lançar mão de medidas de aumento da competitividade internacional”, disse.

Glauco Arbix, presidente da Agência Brasileira de Inovação (Finep), aponta que, na última década, cresceu de forma exponencial a internacionalização de empresas dos setores produtores de commodities, como a Vale, a Gerdau e a Petrobras.

Outras grandes empresas como Embraer e Braskem, que possuem enorme potencial de inovação, também se tornaram competidoras internacionais de peso, em condições de disputar a liderança tecnológica e comercial em seus respectivos mercados. A Braskem, inclusive, é atualmente a maior produtora de plástico no mercado americano. Além dessas, dezenas de outras companhias brasileira do setor mecânico (Weg), do de veículos (Marcopolo), autopeças (Sabó), software (Totvs), hardware (Bematech) e cosméticos (Natura e Boticário) ampliaram de forma significativa sua presença externa, sem se limitar à América Latina.

A gerente executiva de Comércio Exterior da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), Tatiana Porto, aponta que há várias outras áreas propensas a ampliar sua atuação global como a de maquinário agrícola, equipamentos médicos e etanol, inclusive por meio de parcerias internacionais. “As empresas tomaram um choque de profissionalização, acompanhado de muitas fusões e aquisições, que incentivaram as companhias brasileiras a irem para fora com investimento direto”, afirma Rodrigo Zeidan, da

Fundação Dom Cabral. “Hoje há integração de todo mundo com todo mundo. A Zara importa do Vietnã para o Brasil e vice-versa. Globalmente passou a ter que ser assim.”

INVESTIMENTO BRASILEIRO DIRETO NO EXTERIOR

Tendência é de alta dos aportes das empresas nacionais fora do Brasil

FRANÇA

ALPARGATAS

Disponível nas prateleiras de lojas de departamentos chiques como Saks Fifth Avenue, em NovaYork, e Galleries Lafayette, em Paris, as Havaianas deixaram de ser “ coisa de pobre” no Brasil para calçar pés milionários mundialmente.

ESTADOS UNIDOS

GERDAU

As operações do grupo no país atendem aos mercados da construção civil e da indústria com 16 centros de corte e dobra de aço, além de quatro unidades de transformação.

Há usinas na Flórida, no Tennessee, na Carolina do Norte e na Geórgia.

CANADÁ

VALE

Extração e comércio de minério faz da companhia brasileira uma das maiores investidoras globais, tendo entrado no mercado canadense em 2006, com a aquisição da Inco.

Para Santiago Onzoño, da IE University da Espanha, negociar com o Brasil tornou-se fashion porque as empresas do país consideram questões socioambientais.

Parcerias comerciais em crescimento

Diversificação de relações de comércio compensa aumento de exportações de itens primários

Se a reprimarização da pauta de exportações brasileira assusta alguns economistas - visto que os produtos básicos que representavam 23% em 2000 hoje são quase

50% do total exportado -, um movimento contrário aponta perspectivas positivas: o Brasil vem diversificando seus parceiros comerciais e, ao mesmo tempo, tem se destacado no cenário internacional como polo de atração global para empreendedores.

Assim, ao mesmo tempo em que o país chama a atenção pelo potencial de investimento externo de suas empresas, também amplia as relações com os países parceiros. “O Brasil teve diversificação grande de parceiros nos últimos anos. O problema é que o principal foco ficou na aproximação dos países do Sul, deixando de lado as negociações com o Hemisfério Norte, que representam um volume muito maior em potencial de negócios”, diz o sociólogo e diplomata Luiz Felipe Lampreia, ex-ministro das Relações Exteriores. Ele aponta como exemplo a redução da participação das negociações com os Estados Unidos na pauta brasileira. “Às vezes nos esquecemos que o mercado americano representa 60% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial”, diz.

Antonio Corrêa de Lacerda, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), acrescenta que a diversificação dos parceiros foi uma estratégia deliberada do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Mas essa expansão ainda é muito tímida, com pouco peso nos resultados comerciais.”

O Ministério do Desenvolvimento prevê que o Brasil pode ampliar sua participação no comércio mundial de 1,36% (resultado de 2010) para 1,5% neste ano. O saldo comercial brasileiro nos últimos 12 meses até setembro atingiu US\$ 30,5 bilhões, contra US\$ 16,8 bilhões na comparação com o mesmo mês do ano passado.

O desempenho brasileiro no comércio exterior contribuiu muito para que o país obtivesse resultados importantes para o seu desenvolvimento econômico.

De 2000 a 2010, o Brasil ampliou suas exportações em 246,41% e as importações em 226,69% se considerados os dados em valores comercializados.

C.B.

COMÉRCIO EXTERNO EM 2011

Comparativo janeiro-outubro/2011-2010

China: minério de ferro, soja em grão, petróleo, açúcar, aeronaves, celulose e óleo de soja

Estados Unidos: petróleo, siderúrgicos, máquinas e equipamentos, café, celulose, e químicos

União Europeia: minério de ferro, café, farelo de soja, petróleo, siderúrgicos e suco de laranja

Oriente Médio: minério de ferro, milho em grão, trigo, automóveis, autopeças e máquinas e equipamentos

Argentina: automóveis e autopeças, máquinas e equipamentos, siderúrgicos, papel, eletroeletrônicos

Europa Oriental: açúcar, fumo e café solúvel

África: açúcar, trigo, milho, arroz, automóveis, autopeças, máquinas, equipamentos e aviões

DIPLOMACIA

País deve definir o que quer negociar

O **Brasil** precisa definir com mais clareza o que espera e o que pode oferecer na relação com seus parceiros comerciais para conseguir ampliar sua competitividade externa. “É preciso defender o interesse nacional sabendo o que a gente quer”, diz o embaixador Rubens Barbosa. Ele aponta que essa falta de clareza sobre o direcionamento da política externa brasileira é facilmente percebida nos outros países. “O **Brasil** é o único dos grandes países que não tem em Washington uma estratégia de ação específica dentro do que é definido para a política externa americana”. O Brasil, conforme aponta o embaixador, tem reduzido a prioridade nas ações de **comércio** com os Estados Unidos.

Nessa relação, as **exportações** brasileiras, que já chegaram a alcançar 25% do total vendido pelo país, hoje estão em torno de apenas 9%.

Barbosa destaca, contudo, que o pragmatismo da diplomacia que se constituiu na gestão da presidente Dilma Rousseff para as relações externas pode ser um fator positivo para a reversão desse cenário.

Segundo ele, o atual governo apresenta uma postura menos ideológica e essa visão contribuirá para a melhoria das relações comerciais nos próximos anos. “Ampliou-se a agenda, com inclusão de novos temas e redução do discurso antiamericanista, o que é muito positivo”, diz.

Estas e outras observações de Barbosa sobre a relação entre o **Brasil** e os Estados Unidos estão no livro O dissenso de Washington, apresentado por ele na semana passada em evento na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM).

C.B.

ENTREVISTA Santiago Iñiguez de Onzoño

Presidente da IE University

Sustentabilidade e comprometimento com comunidade diferenciam empresas

brasileiras em relação a outros países

Cláudia Bredarioli

Santiago Iñiguez de Onzoño, presidente da IE University – um dos principais centros de ensino e pesquisa da Espanha, com campi em Madri e Segóvia -, aponta que um fator que fortalece o bom desempenho econômico brasileiro diante da crise global é o perfil de atuação das empresas nacionais: com mais comprometimento social e preocupação ambiental, elas se destacam no mundo dos negócios com resultados sólidos. E isso chama cada vez mais a atenção dos países que querem receber seus investimentos.

Como o senhor avalia o movimento brasileiro de se fortalecer tanto como receptor quanto como um grande investidor global?

O **Brasil** está cada vez mais fashion. A Europa e os Estados Unidos estão olhando com muito mais atenção para o Brasil. De certo modo, agora os Estados Unidos e o **Brasil** tentam competir pelo lugar de líderes das Américas. Em **comércio**, o **Brasil** tem se destacado muito em negociações com os EUA em comparação com os outros países da América Latina. Ambos são países com tamanho e população similares, além de **mercados** muito compatíveis.

Mas os Estados Unidos têm uma economia muito maior do que a brasileira.

Por enquanto, porque o **Brasil** tem economia crescente e, acima de tudo, riqueza imensa de recursos naturais. Nos últimos oito anos, ficou cada vez mais clara a liderança que o **Brasil** tem na América Latina. E isso é uma coisa que os Estados Unidos não conseguem mais ter.

O que diferencia as empresas brasileiras das demais nesse cenário?

Há visivelmente um grande comprometimento social e maior preocupação com sustentabilidade no Brasil. Isso diferencia muito a maneira de fazer negócios brasileira das demais. Se pensarmos que estamos falando do país com a maior riqueza natural do planeta, isso ganha ainda mais importância.

O Brasil é destaque no desenvolvimento de fontes de energia renováveis, na produção de etanol, em muitas questões importantes que estão sendo discutidas na pauta global. E as empresas acompanham esse caminho. O Itaú, por exemplo, ganhou prêmio de banco mais sustentável do mundo. A Natura também é um exemplo global. Isso está no DNA das companhias brasileiras e é o que mais as diferencia das chinesas, por exemplo. É muito visível que sustentabilidade está longe de ser uma preocupação da China.

Isso colocaria o Brasil à frente de outros países emergentes em negociações externas?

Sim, mas há outras questões também. Entre a Europa e o Brasil, por exemplo, há mais proximidade, por serem do Ocidente, por terem questões culturais comuns. E isso tem apresentado muitas oportunidades, não só para pessoas que procuram emprego aqui, mas também para empreendedores. O Brasil tem sido o principal polo de atração global para empreendedores. As coisas estão mudando muito depressa. Muitas companhias multinacionais têm alcançado no Brasil mais lucros do que em seus países de origem. Especialmente com as empresas espanholas isso tem sido cada vez mais recorrente. Os empreendedores olham para o Brasil com muito entusiasmo.

O senhor ainda vê resistência brasileira em abrir as portas para empreendedores estrangeiros?

Historicamente isso é uma restrição à atração de talentos - e cada vez mais as maiores nações precisam de talentos vindos de outros países para engrandecer suas economias. Precisam de professores, cientistas, engenheiros, profissionais de várias áreas. Muito do crescimento chinês se deve a essa abertura à entrada de profissionais estrangeiros. Tanto que algumas universidades americanas estão até negociando sua ida para a China. O Brasil tem uma grande oportunidade nesse sentido.

Infraestrutura atrai capital estrangeiro

Participação em obras que envolvem mais de € 400 bilhões até 2016 chama a atenção de empreendedores externos

Elisabete Felismino

Aos olhos de Portugal, o grande foco de atração do mercado brasileiro passa pelo vasto plano de investimentos em infraestrutura que o país deve concluir até 2016.

“O Brasil tem um programa de investimentos superior a €400 bilhões e eventos como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos representam apenas 7% desses recursos”, destacou Eduardo Coifman, Superintendente do Santander Brasil, responsável pela área de negócios internacionais da instituição.

Para Coifman, o bom momento que o Brasil vive hoje é resultado de três ciclos econômicos importantes: “o do presidente Fernando Henrique Cardoso, que correspondeu à estabilidade econômica, o de Luiz Inácio Lula da Silva, que correspondeu ao crescimento social, e o de Dilma Rousseff, voltado para obras de infraestrutura.” A atratividade do mercado brasileiro, contudo, não se esgota no plano de infraestrutura.

O país passou de uma inflação de 916% em 1994 para 6,7% em 2010, e apresenta uma taxa de desemprego de 6% - em 2004 era de 11,5%. “Para nós, isto é praticamente pleno-emprego”, afirma Coifman. “Somado a isso, temos ainda a redução da pobreza, que gerou uma grande classe média emergente apta ao consumo”, completa.

Crédito

A ascensão social dos brasileiros fomentou também o segmento de crédito no país que, em 2005, representava o equivalente ao Produto Interno Bruto (PIB) da Finlândia, conforme recorda Coifman. “Em 2010, o volume de crédito ofertado no Brasil ultrapassou o PIB do México”, afirma.

Hoje, essa cifra chega a R\$ 1,92 trilhão, segundo dados do Banco Central - uma alta de 13,1% em relação ao ano passado.

A evolução do sistema financeiro teve impacto também na oferta de crédito para as empresas, com o aumento da participação das pequenas e médias na movimentação de empréstimos financeiros.

O cenário positivo atrai cada vez mais investidores estrangeiros, de olho no potencial de desenvolvimento do mercado brasileiro. “Mas empresas estrangeiras ainda têm

muitas dificuldades até para abrir conta bancária no Brasil”, diz Coifman. Outro entrave para o ingresso de investimentos internacionais é o elevado custo-Brasil. “A carga tributária brasileira é muito elevada, embora haja uma tendência de diminuição. Há uma forte pressão sobre o governo para que os custos das empresas sejam reduzidos”, diz.

Miguel Carvalho, diretor comercial do Santander em Portugal destacou porém que, independentemente desses entraves, “projetos que possuem um bom plano de negócios serão sempre analisados e estão dentro do perfil de operações do banco”.

COPA E OLIMPIÁDA

7%

Do volume previsto para investimento em infraestrutura referem-se a eventos esportivos

PRÉ-SAL

13%

Dos recursos devem ser destinados a obras voltadas à extração de petróleo